



17497809



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 24/02/2022	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Antônio Ramirez Lorenzo	GM
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Márcio Nunes de Oliveira	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Felipe Uchoa dos Santos	OUV
Rodrigo Barros	AEAL
Lauro de Castro Beltrão Filho	ASINT
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Bruno Andrade Costa	SENAJUS
Juliana Oliveira Domingues	SENACON
Luiz Roberto Beggiora	SENAD

Carlos Renato Machado Paim	SENASP
Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Sandro Torres Avelar	PF
Jean Coelho	PRF
Ricardo Borba D'agua de Almeida Braga	AN
Marcelo Augusto Xavier da Silva	FUNAI
Giselli dos Santos	CONJUR

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: SEGEN, PF e SENAD
4. Reunião de Avaliação da Estratégia de Fevereiro – Revisão quadrimestral;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE;
7. Informe DTIC/SE;
8. Informe AECl;
9. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. A reunião do Comitê de Governança Estratégico – CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP se iniciou a partir das considerações iniciais e da apresentação da pauta pelo Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira – Monitoramento do Planejamento Estratégico das unidades Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen, Polícia Federal – PF e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad; aprovação da revisão quadrimestral do Planejamento Estratégico 2020-2023; e informes das unidades Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, Subsecretaria de Administração – SAA, Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC e Assessoria Especial de Controle Interno – AECl.
2. Dando início ao monitoramento do planejamento estratégico, a Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública, Sra. Ana Cristina Melo Santiago, apresentou o painel do ComprasSUSP – Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública, em situação satisfatória com 79,01% de execução. Em relação ao indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizada ao público externo”, o resultado obtido até o momento é de 330.562 vagas frente a meta de 450.000 até o ano de 2023. Na sequência, passou a palavra ao Coordenador-Geral de Licitações e Contratos da SEGEN, Sr. Márcio, para apresentar a plataforma e as funcionalidades que vêm sendo desenvolvidas. Explicou que o ComprasSUSP possui quatro funcionalidades (PAC, demandas do SUSP, relatórios e Emendas Parlamentares) que permitem o acompanhamento da demanda desde seu planejamento até a compra propriamente dita. O ComprasSUSP funcionará no Gov.br, onde o estado cadastrará informações de sua demanda como: objeto de contratação/ aquisição e suas características; quantidades e valores estimados; identificação do recurso; amparo legal (objetivo para o atendimento da política pública) e a ação

estratégica relacionada ao Plano Nacional de Segurança Pública; e o detalhamento da contratação, o que permite a identificação de atas de registro de preço já existentes, de modo a otimizar e direcionar esforços. Informou que as demandas registradas no sistema passarão por análise de diferentes órgãos envolvidos, a fim de que cheguem qualificadas ao MJSP. Além disso, o Coordenador-Geral apresentou o módulo de “Emendas Parlamentares”, sendo possível que parlamentares acessem o portfólio de demandas dos estados diretamente na plataforma para a indicação de emendas.

3. Em seguida, o Diretor Executivo da PF, Sr. Sandro Torres, falou sobre o projeto estratégico Programa Ouro Alvo e o indicador Quantidades de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo. O referido projeto tem como objetivo principal criar mecanismos e procedimentos no combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, crimes ambientais, trabalho escravo, roubos, riscos e vulnerabilidades associados à extração ilegal do ouro no Brasil e na América Latina. O Diretor Executivo convidou o perito e gerente do projeto, Sr. Ricardo Cordeiro de Moraes, para proceder com a apresentação, que abordou a conclusão de algumas etapas, como: i) levantamento do legado histórico das informações estatísticas do ouro apreendido pela PF nos últimos 10 anos; ii) aprovação do Projeto *Gold Rush* no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPES) em Segurança Pública e Ciências Forenses; iii) treinamento de peritos para análises de metais preciosos; iv) criação do Atlas da Tipologia do Ouro Apreendido; v) criação do Banco Nacional de Perfis Auríferos – BANPA e do Banco Nacional de Jóias e Ligas de Metais Preciosos – BANJO; vi) assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Mineração - ANM/MME; vii) participação nas discussões da ação 03/2021 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA; e viii) coleta dos padrões de ouro em minerações lícitas - Mineração Tabiporã, no Paraná, e em Lourenço, Tartarugalzinho e Tucano, no Amapá. Dentre as etapas em andamento do projeto, destacam-se: elaboração de instrução técnica para padronizar a coleta de amostras de ouro, com a pretensão de divulgar para todas as unidades da Polícia Federal; caracterização e análise dos padrões coletados no Paraná e do ouro apreendido no Pará; análise geoestatística das amostras de ouro apreendido no Amazonas; aquisição de 20 espectrômetros de FRX portáteis; organização de Congresso Internacional sobre o ouro ilegal, com apoio da Interpol; montagem da ouroteca; realização de cursos relacionados ao monitoramento de mercúrio e cianeto na mineração e ao refino do ouro pelo Centro de Tecnologia Mineral – CETEM. Quanto ao indicador, o Coordenador de Gestão Estratégica Substituto – CGE/PF, Sr. Gustavo Sant’Ana, informou que a unidade está próxima da meta, a qual fora revisada uma vez em 2021, tendo a PF sido surpreendida pelos resultados obtidos em decorrência, principalmente, pela pandemia provocada pela Covid-19, gerando impacto positivo para esse serviço. Com a previsão de 82.764 vagas serem preenchidas até 2023, a PF já mensurou 81.778 vagas.
4. Em seguida o Secretário-Executivo parabenizou a equipe PF em relação ao trabalho desenvolvido, com destaque nos últimos meses às grandes apreensões e a utilização da tecnologia para tornar o trabalho mais efetivo. Corroborando as palavras do Secretário-Executivo, o Assessor do Ministro, Sr. Marcos Paulo Cardoso, falou da importância das informações obtidas no Programa Ouro Alvo, permitindo fazer distinção do que é fruto de garimpo ilegal ou não, sendo uma resposta do governo às comunidades afetadas.
5. Finalizando o monitoramento do planejamento estratégico, o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, Sr. Luiz Roberto Beggiora, iniciou sua fala parabenizando a atuação da Segen e da PF, e posteriormente apresentando os resultados obtidos no âmbito do projeto “Alienação de Ativos em Todo o Brasil, edição de 2021”, concluído em dezembro de 2021. A partir da realidade identificada em 2019, com pátios lotados de bens apreendidos se deteriorando e perdendo valor econômico, além de custos gerados para os estados mantê-los, surgiu a necessidade de aperfeiçoar e consolidar o modelo de alienação de bens móveis e imóveis, baseado na criação de rotinas eletrônicas para o recebimento de informações, a avaliação de ativos, a contratação e fiscalização de leiloeiros de todas as unidades da federação e, por fim, o aprimoramento do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – SIGAP. Até 2018, a unidade contava com seis pessoas para realizar leilões pelo país, no máximo 8 leilões por ano. Com

a implantação do projeto, atualmente, há mais de 300 leiloeiros credenciados, registrando em 2021 a realização de 244 leilões a custo zero, já que o leiloeiro responsável recebe um percentual da própria venda, conforme previsto em lei, além da destinação de 4.654 ativos (1.130 média dos anos anteriores) e R\$ 360 milhões de receita de gestão de ativos (até 2018, a média era de R\$ 40 milhões). Informou que parte da quantia arrecadada é destinada ao Fundo Penitenciário Nacional – Funpen por se tratar de valores oriundos de crime de corrupção e lavagem de dinheiro. Dentre os benefícios para a sociedade e o governo destacam-se: i) fortalecimento da gestão de ativos: maior integração entre atores estratégicos; ii) crescimento na adoção da alienação antecipada; iii) aprimoramento tecnológico; iv) equipe mais capacitada; v) melhoria na contratação e suporte a leiloeiros e comissões estaduais; vi) manutenção da visibilidade do MJSP com relevantes destaque nos canais de comunicação regionais e nacional. Como pontos fortes foram observados: i) fortalecimento do sistema de gestão de ativos; ii) novo credenciamento, com aprimoramento e melhorias; iii) crescimento na adoção da alienação antecipada; iv) maior proximidade entre as estruturas dos estados, leiloeiros, Secretaria do Patrimônio da União – SPU, magistrados e Senad; v) visibilidade positiva do Ministério na mídia. Quanto à apuração do indicador “Percentual de Ativos Destinados pela Secretaria” o Secretário apresentou resultado de 46% no ano de 2021, superior à meta estabelecida para o exercício (40%). Mencionou que, dentre os ativos, foram vendidos recentemente aviões, apartamentos, hotel na Flórida, postos de gasolina, veículos, além de um shopping center em Rondonópolis que está prestes a ser vendido, oriundo do crime de corrupção e lavagem de dinheiro.

6. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, adentrou no sétimo ciclo quadrimestral de revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, por meio da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, conforme previsto na Resolução CGE nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Todas as unidades do MJSP foram instadas pelo Ofício-Circular SPO nº 1/2022, de 04 de janeiro de 2022, com a referida demanda, sendo estabelecido prazo para resposta até o dia 17 de janeiro de 2022. O trabalho passou por uma intensa discussão entre as unidades e a SPO. Dentro desse cenário, a carteira passou a ser composta por 40 projetos estratégicos, frente a um total de 51 anteriormente. Frisou que os projetos não contemplados na priorização, mas que sejam considerados relevantes para as unidades, devem ser objeto de implementação e de monitoramento interno. O escopo da revisão envolveu inclusão, exclusão, conclusão de projetos e ajustes nos cronogramas (revisão de entregas, atividades e datas). Informou que as revisões dos cronogramas dos projetos estratégicos solicitadas foram todas aprovadas. Em seguida o Subsecretário passou a palavra para o Secretário-Executivo para submeter aos membros a aprovação da revisão da estratégia. Assim, e tendo como referência o documento disponibilizado, o Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, submeteu aos membros do CGE a aprovação da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, sendo validada sem ressalvas.
7. Retomando a apresentação, e adentrando aos informes da SPO, o Sr. David Freitas comunicou a publicação recente da Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, que institui o Sistema de Governança do MJSP, em substituição a Portaria nº 86/2020, trazendo entre as inovações: i) inclusão da competência do CGE para aprovar a carteira de políticas públicas; ii) retorno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade ao sistema do governança do Ministério, a partir do Anexo I, art. 2º, inciso x; iii) alteração do nome Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC para Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação - CGDSIC, bem como suas competências no sentido de atender ao Decreto nº 10.332/20, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências; iv) inclusão do Ouvidor-Geral como membro da CGDSIC; e v) inclusão da Política de Segurança e Comunicação – POSIC nos termos do Anexo XIII, para fins de atendimento do Decreto nº 9.637/2018, que institui a respectiva política. O Subsecretário abordou ainda sobre o Relatório de Gestão Integrado – exercício 2021, em fase de finalização e diagramação. Para algumas informações encaminhadas pelas unidades foram solicitados ajustes ou complementações a partir de tratativas realizadas em reuniões individualizadas. Ressaltou que foram identificadas algumas divergências nas informações encaminhadas quando comparadas aos

resultados disponíveis em sites e redes sociais, nos instrumentos de gestão da Pasta e àqueles encaminhados para integrar a Mensagem Presidencial 2021-2022. Assim, reforçou a necessidade de que os dados sejam coerentes e coincidentes nos diferentes instrumentos, e que aquelas informações divergentes serão objeto de tratativas visando adequação e validação pela unidade responsável. Comunicou que prazo final para envio das informações complementares é até o dia 03 de março de 2022, para que o documento seja finalizado e validado pelo Gabinete do Ministro e pela Secretaria-Executiva até 30 de março de 2022.

8. Na ocasião, o Chefe de Gabinete do Ministro, Sr. Antônio Ramirez Lorenzo, reiterou a importância das unidades se dedicarem para o envio com a maior brevidade possível de subsídios faltantes que irão compor o Relatório de Gestão. Reforçou para que se atentem para a qualidade dos dados apresentados, que serão utilizados pela Assessoria de Comunicação Social – ASCOM e o próprio Ministro como desempenho da Pasta em 2021.
9. No âmbito da temática orçamentária, o Subsecretário parabenizou o trabalho de execução orçamentária realizado pelas unidades, atingindo 99,41% no exercício de 2021, correspondendo a mais de R\$ 5,118 bilhões. Com relação a execução de emendas parlamentares, o Ministério superou os índices observados em anos anteriores, com 97,74% de emendas individuais e 99,75% de emendas de bancada estadual, bem como superando também o histórico de arrecadação do MJSP. Finalizando sua fala, o Sr. David Freitas informou sobre a 16ª Reunião do Conselho Interministerial de Governança – CIG e a pauta apresentada na ocasião, sendo disponibilizada para as unidades por processo SEI. Solicitou, portanto, a divulgação interna para conhecimento dos servidores.
10. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, complementou a fala sobre a reunião do CIG, especificamente sobre a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, e Decreto regulamentador nº 829, de 5 de outubro de 2021 – que estabelecem os prazos máximos para a revisão das estruturas organizacionais e envio para análise do Ministério da Economia – ME e alertou quanto aos prazos para a alteração das estruturas das autarquias e entidades vinculadas – Cade e Fundação Nacional do Índio – Funai, diferentes dos prazos da administração direta.
11. Em seguida, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, abordou sobre o Serviço de Apoio Administrativo, cujo contrato atual vence em 30 de junho de 2022, não sendo passível de renovação. Informou que, em 2021, foi iniciado novo processo licitatório para a contratação de tal serviço, trazendo a discussão de possível ampliação do futuro contrato frente ao atual. O valor do contrato é de aproximadamente R\$ 20 milhões, contendo 292 postos de serviço, distribuídos a partir da estrutura administrativa das unidades. A nova contratação prevê acréscimo de 148 postos, com valor estimado de mais de R\$ 36 milhões. Segundo o Subsecretário de Administração, a nova metodologia para a distribuição dos postos de serviços visa promover uma distribuição mais justa, seguindo uma mesclagem de critérios que refletem a necessidade de maior esforço operacional e demandam apoio administrativo de cada unidade. Foi realizado um balizamento a partir das informações de 2021 de cada unidade, sendo atribuída pontuação para se estabelecer um percentual de distribuição dos postos de serviço de assistente administrativo e de técnico e secretariado. Na oportunidade, a Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública, Sra. Ana Cristina Santiago, solicitou esclarecimentos posteriores sobre a metodologia utilizada para o rateio proposto, no qual o Subsecretário de Administração se dispôs a explicar e detalhar o cálculo.
12. Retomando à deliberação da nova carteira de projetos estratégicos, o Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, Sr. Bruno Andrade Costa, solicitou a reconsideração para que 3 novos projetos da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus fossem incluídos no planejamento estratégico, a saber: i) Escola Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública – ENAJUSP; ii) Conselho de Notáveis no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública – CNJUR; iii) Câmaras Nacionais de Políticas de Justiça. Aberta a palavra, os referidos projetos não foram incluídos no Planejamento Estratégico 2020-2023, em que pese o grande impacto e relevância das ações no âmbito do MJSP, sendo mantida a carteira de projetos estratégicos validada em item anterior da reunião.

13. Com relação aos informes da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC, o Sr. Rodrigo Lange tratou sobre o cenário de desenvolvimento de sistemas pela Diretoria que se encontra responsável. Em crescente demanda nos últimos anos, atualmente, a DTIC está atuando no desenvolvimento de 22 sistemas, 10 absorções, o que resultou em novo contrato com a fábrica de *software* no valor de R\$ 20 milhões, sendo iniciado aditivo de 25%, totalizando R\$ 25 milhões para desenvolvimento de *softwares*. Frisou que, em decorrência do montante significativo acrescido, tornou-se impossível a DTIC suportar exclusivamente os custos com o contrato. Assim, ainda em 2021, foi proposto em reunião do CGE rateio entre as unidades do MJSP, sendo agora retomada discussão com as áreas de negócio para que sejam estabelecidas as formas para que os recursos sejam repassados à Diretoria. Além disso, diante da hiperconvergência na utilização de *hardwares* do parque tecnológico disponível, serão realizadas novas tratativas técnicas com as áreas para auxiliarem na composição do parque computacional, adequando às suas capacidades orçamentárias.
14. No que tange ao gerenciamento de riscos, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, trouxe para a aprovação os seguintes processos de trabalho, apresentando quantitativos de riscos – extremo, alto, médio e baixo, de controles a serem implementados e seus prazos: i) Gerir Estratégia de operações integradas de Segurança Pública (Polícia Rodoviária Federal – PRF); ii) Produzir informações integradas em segurança pública (PRF); iii) Promover educação para o trânsito (PRF); iv) Garantir segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais (PRF); v) Gerir operações policiais e suporte tático e técnico operacionais (PRF); vi) Gerir operações de prevenção e repressão a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União (PRF); vii) Gerir conhecimento e ações de inteligência em segurança pública (PRF); viii) Promover estudos e diagnósticos sobre o sistema de justiça (Senajus); ix) Gerir a política de classificação indicativa para obras audiovisuais (Senajus); x) Disseminar conhecimento sobre métodos consensuais de solução de conflitos (Senajus); xi) Gerir ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, inclusive a ENCCLA (Senajus); xii) Gerir a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (Senajus); xiii) Gerir a Cooperação Internacional (Senajus); xiv) Gerir a Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos (Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon); xv) Promover a defesa do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo (Senacon); xvi) Gerir a produção do conhecimento sobre a defesa do consumidor (Senacon); xvii) Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública (Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp); xviii) Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública (Senasp); xix) Gerir o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA (Arquivo Nacional - AN); e xx) Gerir a Política Nacional de Arquivos (AN) . Os planos foram validados pelos membros do CGE, totalizando 100% dos processos aprovados.
15. Antes de finalizar a reunião, o Secretário-Executivo apresentou alguns encaminhamentos. O processo SEI de monitoramento para a coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos será até o dia 11 de março. Comunicou que, na próxima reunião do CGE, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 consistirá em: i) Depen: Projeto “Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN” e indicador “Oferta de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade”; ii) Senacon: Projeto “Disponibilização do sistema Recall.gov.br” e indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”; iii) Senajus: Projeto “Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB” e indicador “Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas”. Na sequência, o Sr. Márcio de Oliveira mencionou sobre a pretensão de ser realizada a Semana de Justiça e Segurança Pública, entre os dias 21 e 25 de março. Comunicou sobre o envio às unidades de processo SEI solicitação de entregas para o período (obras, sistemas, cerimônias, propostas legislativas aptas a assinatura no período, operações), para a elaboração de cronograma pelo Gabinete do Ministro. Reforçou a necessidade do envio e, solicitou àquelas áreas que possuírem entregas, mesmo que não tenham sido notificadas formalmente, que comuniquem a SE.

16. Ao abrir a oportunidade para quem desejasse apresentar pontos relevantes, a Sra. Tânia Maria Ferreira, Diretora-Geral do Depen, fez uso da palavra para abordar sobre o índice de homicídios no Brasil, divulgado recentemente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apresentou redução de 7% no ano de 2021. Como reflexão, pontuou que o cenário atual é um reflexo direto do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas unidades do MJSP, como a organização de políticas públicas, sendo importante maior divulgação das ações e entregas do Ministério para reconhecimento da população, inclusive de organismos internacionais. Complementarmente, o Secretário-Executivo corroborou com o pensamento da Diretora, apontando a necessidade de serem comemorados os grandes feitos do órgão. Na sequência, o Sr. Antônio Ramirez Lorenzo, Chefe de Gabinete do Ministro, parabenizou e agradeceu a todos os presentes pelos esforços, engajamentos, bem como pela eficiência operacional e integração para a obtenção de resultados cada vez mais positivos. Finalizando a reunião, o Sr. Márcio de Oliveira agradeceu a presença e disponibilidade de todos.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 17/03/2022, às 12:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA, Usuário Externo**, em 17/03/2022, às 13:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 17/03/2022, às 16:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 17/03/2022, às 17:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 17/03/2022, às 17:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Coelho, Usuário Externo**, em 18/03/2022, às 16:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 19/03/2022, às 06:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO DE SOUZA LIMA COELHO CARRIJO, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 24/03/2022, às 11:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 28/03/2022, às 10:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 29/03/2022, às 11:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Diretor(a) do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça**, em 29/03/2022, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 29/03/2022, às 16:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 30/03/2022, às 14:53, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Xavier da Silva, Usuário Externo**, em 04/04/2022, às 19:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17497809** e o código CRC **0387E4AC**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.